

Câmara ainda pode votar tributária este ano?

Lira cogita esforço concentrado para marcar fim do mandato

Por Karoline Cavalcante

O Senado Federal deve aprovar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a reforma tributária, ao longo desta semana. Caso isso aconteça, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), poderá concentrar esforços para votar o projeto entre os dias 16 e 20 de dezembro. Essa é a aposta do doutor em Ciências Políticas Leandro Gabiatti.

Com a eleição dos novos presidentes das Casas legislativas prevista para fevereiro de 2025, após o recesso parlamentar, Gabiatti acredita que Lira tem incentivos para concluir o mandato com a aprovação da reforma. “Lira está interessado nesta votação. Seria uma conquista importante, e simbolizaria muito o que foram esses quatro anos de mandatos [biênio 2021-2022 e biênio 2023-2024]”, afirmou.

A aprovação das medidas que compõem o pacote de gastos proposto pelo governo federal também será crucial para garantir a reforma. A expectativa é que sejam aprovadas até o final do ano, a fim de impactar a economia já em 2025.

O relator do PLP, senador Eduardo Braga (MDB-AM), conduz um processo de negociação que, segundo Gabiatti, tem sido inteligente. Ele tem dialogado não apenas com lideranças do Senado, mas também com a Câmara, onde o projeto se originou. Isso pode facilitar a aprovação quando o texto retornar para a revisão, mas o cenário ainda é incerto.

“Obviamente, nem os próprios deputados sabem se a con-



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Lira pode acelerar tributária para marcar seu mandato

clusão ocorrerá”, disse Gabiatti. “Com o governo sem controle da pauta política, há menos certeza sobre as discussões para o país”, acrescentou.

Governo

A hipótese de conclusão do projeto que regulamenta a reforma tributária ainda este ano, porém, já é algo no qual mesmo o governo não parece mais acreditar. Após reunião com o relator na última terça-feira (3), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que o final da tramitação deve ficar para 2025. “Tudo indica que a votação ocorrerá na próxima semana no Senado. Na Câmara, a previsão é que a votação do projeto se conclua no início do ano que vem”, afirmou Haddad durante o fórum produzido pelo site especializado em notícias jurídicas Jota, em Brasília.

A leitura do parecer de Braga na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) estava

inicialmente prevista para a última quarta-feira (4), mas, diante das dificuldades, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), decidiu adiar para segunda-feira (9), às 16h. Alcolumbre concederá um prazo de 48 horas para vistas coletivas, e o texto estará pronto para ser votado na quarta (11). Se aprovado pela manhã na CCJ, a expectativa é que seja levado ao plenário na tarde do mesmo dia.

Banco Central

Também nesta semana, está prevista para terça-feira (10) a sabatina dos três novos indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a diretoria do Banco Central. A confirmação foi feita pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que anunciou a data e os relatores do colegiado em sua conta no X (antigo Twitter).

“Com a chegada das mensagens de indicação dos 3 novos diretores do Banco Central, decidimos marcar a sabatina dos nomes para o próximo dia 10 de dezembro, terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado”, disse Vanderlan.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) ficará com a relatoria de Nilton David, indicado para a diretoria de Política Monetária; o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) com Gilneu Vivian, indicado para a diretoria de Regulação; e a senadora Zenaide Maia (PSD-RN) relatará a indicação de Isabela Correia para a diretoria de Relacionamento Institucional.

Após a sabatina, os nomes precisam ser votados também pelo plenário do Senado. A expectativa é que, com a aprovação, os indicados tomarão posse em 1º de janeiro de 2025, junto ao novo presidente do BC, Gabriel Galípolo.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Governador tem sido poupado por aliados

PM paulista: MDB preserva Tarcísio de Freitas

Pelo sim, pelo não, os partidos do, digamos, Centrão ampliado vai evitar engrossar o coro contra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), criticado, nos últimos dias, por crimes cometidos por policiais militares.

Apesar da gravidade dos fatos e da manutenção, por Tarcísio, do secretário de Segurança, Guilherme Derrite, a orientação, por

enquanto, é de não tomar atitudes precipitadas.

Presidente do MDB, o deputado Baleia Rossi (SP) deu o tom em duas postagens no X, ex-Twitter. Na primeira, criticou duramente a ação policial que culminou com um cidadão sendo jogado do alto de uma ponte na capital paulista.

Ele, porém, elogiou a corporação e o governador, e centrou fogo no policial.

‘Bandidos’

Baleia falou que a grande maioria da PM é formada por pessoas de bem e que na corporação há bandidos infiltrados que precisam ser expulsos. Depois, elogiou a fala em que o governador condenou também o PM que atirou nas costas de rapaz que furtara um mercado.

Bem na foto

Na sexta, o presidente do MDB postou foto ao lado de Tarcísio, que acabara de ser condecorado pela Câmara dos Deputados com a Medalha do Mérito Legislativo. Apesar dos carinhos e da aliança na eleição municipal, o partido não tem secretaria no governo paulista.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Presidente do MDB prefere reeleição de Tarcísio

Como Kassab, Baleia quer guardar governador para 2030

Entre correligionários, Baleia tem defendido a mesma posição já verbalizada pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, secretário de Governo e de Relações Institucionais de São Paulo.

Para ele, Tarcísio não deve tentar a Presidência em 2026, até para não se arriscar a uma derrota diante de Lula, visto no partido

como o grande favorito. Sustenta que, até pela pouca idade — tem 49 anos —, Tarcísio deve se preservar para disputar o Planalto em 2030. Destaca também que sua reeleição ao governo é importante até para provar que não depende apenas de Jair Bolsonaro, o grande responsável pelo seu triunfo em 2022.

Derrite

O Centrão-raiz foi ainda mais explícito. Presidente do PP, Ciro Nogueira elogiou Derrite — deputado federal licenciado do PL — e lançou sua candidatura ao Senado em 2026, caso Tarcísio se candidate à reeleição. Para ele, os casos de violência da PM são isolados.

Portas abertas

Como o Centrão não fecha portas, Nogueira publicou artigo na Folha de S.Paulo em que exalta a posição dos partidos que considera de centro, entre eles, o seu. Mostrou que está aberto a conversas: “O centro não grita e nunca foi protagonista; nem é a sua vocação”.

Amigo Lula

Senador pelo Piauí, ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro, Nogueira mostrou, com o artigo e com gestos recentes, que não tem problemas maiores com o PT — sempre disse que tem carinho, respeito pelo presidente Lula, que considera um “amigo até certo ponto”.

Chapão

Simpatia que ameaça virar amor, é bem provável que, em 2026, Nogueira e o PT estejam juntos no Piauí. Ele e Marcelo Castro (MDB) tentariam a reeleição para o Senado. Eles apoiariam o governador petista Rafael Fonteles, que também tentará ser reeleito.

Moraes mantido à frente de inquérito contra Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, na sexta-feira (6) para derrubar a Arguição de Impedimento (AIMP 165) que solicitava a retirada do ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito da Polícia Federal (PF) que trata da tentativa de golpe de Estado em 2022, que tinha a intenção de reverter o resultado eleitoral presidencial. O recurso foi aberto pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que é um dos indiciados do caso, e solicitava a troca de relator do caso.

Logo no primeiro dia de julgamento, os ministros Edson Fachin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Dias Toffoli acompanharam o voto do relator do caso, o presidente da Suprema Corte, ministro Luís Roberto Barroso. Até o fechamento da reportagem, nenhum outro ministro se manifestou sobre o caso. A votação acontece em plenário virtual, e os ministros têm até a próxima sexta (13) para votar.

Os advogados do ex-presidente argumentam que como Moraes foi um dos alvos da tentativa de golpe — que planejou o assassinato do ministro, do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) — o magistrado não seria capaz de cumprir com o requisito da imparcialidade que o processo exige.



Bruno Peres/Agência Brasil

Para advogado, interpretação é “absurda”

No recurso, eles alegaram que o ministro da Suprema Corte teria virado parte interessada no caso após ter acolhido medidas cautelares logo no início da investigação. De acordo com a defesa de Bolsonaro, o fato configura situação de “impedimento”: Moraes não poderia julgar um caso no qual ele próprio seja parte ou tenha interesse direto, segundo o artigo 252 do Código Penal.

Antes mesmo de a pauta ir para a Corte, o presidente do Supremo já discordava dos argumentos da defesa do ex-presidente.

“A simples alegação de que o ministro Alexandre de Moraes seria vítima dos delitos em apuração não conduz ao auto-

mático impedimento de sua Excelência para a relatoria da causa, até mesmo porque os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de tentativa de golpe de Estado têm como sujeito passivo toda a coletividade, e não uma vítima individualizada”, afirmou Barroso.

“Absurda”

Ao Correio da Manhã, o advogado especialista em direito processual civil do escritório Posocco & Advogados Associados Fabricio Posocco, não concorda com a avaliação do ministro. “Parece ser uma interpretação um tanto quanto absurda, considerando que o próprio ministro Alexandre de

Moraes se diz ou se considera como vítima nessa situação”, afirmou.

“Se estudarmos esse inquérito, ou pelo menos as notícias que vêm dele, o próprio ministro Alexandre de Moraes, em diversas manifestações, reconheceu que ele teria sido alvo de um plano cujas finalidades incluiriam até mesmo a sua morte, o que definitivamente o coloca em uma posição de vítima direta dos fatos que devem ser apurados. Ora, como a vítima de um crime pode julgar efetivamente uma situação na qual terá que decidir sobre a responsabilidade de alguém que teria imaginado um golpe que poderia levá-lo à morte? Então, diante de uma situação como essa, parece ser claro que a questão do impedimento ou pelo menos da suspensão de Alexandre de Moraes é um argumento muito forte, juridicamente falando”, completou o advogado.

No dia 21 de novembro, a Polícia Federal concluiu o inquérito que apura a existência de uma organização criminosa responsável por planejar um golpe de Estado para impedir a posse do governo eleito em 2022. Segundo as investigações, o ex-presidente Bolsonaro tinha conhecimento do plano para matar Alexandre de Moraes, o presidente Lula e o vice-presidente, Geraldo Alckmin. Ele negou os fatos e disse estar sendo alvo de perseguição política.